

PROJETO DE LEI Nº , DE 2024

(Da Sra. PROFESSORA GORETH)

Institui o Fator Amazônico como critério de ponderação na formulação e execução de Políticas Públicas de desenvolvimento social, com foco na redução das desigualdades regionais, na dignidade da pessoa humana e na equidade.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei institui o Fator Amazônico e a obrigatoriedade de consideração das particularidades da região amazônica na formulação e execução de políticas públicas de desenvolvimento social.

Parágrafo único. As disposições desta lei se aplicam a todos os investimentos em políticas de desenvolvimento social desenvolvidas direta ou indiretamente com recursos públicos do orçamento geral da União.

Art. 2º Para os fins desta lei, considera-se Fator Amazônico o conjunto de custos adicionais impostos às políticas de desenvolvimento social decorrentes das características da região amazônica, incluindo o clima, a ocupação rarefeita, a logística precária e a dificuldade de acesso a produtos e serviços.

Art. 3º As políticas públicas de desenvolvimento social realizadas com recursos do orçamento geral da União devem considerar em todo o ciclo do investimento o Fator Amazônico, internalizando os custos e prazos adicionais no planejamento dos projetos e serviços.

Parágrafo único. A internalização do Fator Amazônico no ciclo de investimentos e gastos públicos deve buscar a redução das desigualdades regionais, a dignidade da pessoa humana e a equidade.



Art. 4º Os entes públicos responsáveis pela formulação e execução das políticas de desenvolvimento social deverão realizar estudos detalhados sobre os custos adicionais envolvidos em suas ações na região amazônica, considerando:

I – custos relacionados às medidas mitigadoras e compensatórias do projeto exigidas no âmbito do licenciamento ambiental;

II – custos associados à logística e transporte para acesso a populações tradicionais e comunidades remotas;

III - custos decorrentes da internalização da variável climática nos serviços e projetos, incluindo o custo adicional para garantir a resiliência da infraestrutura; e

IV – custos relacionados ao preço elevado de artigos básicos na região, incluindo gêneros alimentícios, produtos de higiene, medicamentos e similares.

Art. 5º O Poder Executivo deverá garantir a transparência na aplicação do Fator Amazônico no ciclo de planejamento e execução das políticas de desenvolvimento social.

Art. 6º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

A região amazônica do Brasil é uma das áreas mais importantes do país, tanto em termos de sua biodiversidade única quanto de seus recursos naturais abundantes. No entanto, a região também enfrenta desafios significativos relacionados ao desenvolvimento socioeconômico e à prestação de serviços públicos de qualidade.

A Amazônia é diferente de qualquer realidade, pois abriga uma grande variedade de áreas protegidas, incluindo unidades de conservação federais, estaduais e municipais, terras indígenas, entre outras áreas protegidas. Segundo o Cadastro Nacional de Unidades de Conservação (CNUC), atualizado em janeiro de 2022, existem atualmente 686 unidades de



conservação na Amazônia brasileira, totalizando uma área de cerca de 240 milhões de hectares. Essas unidades de conservação correspondem a cerca de 23% do território da região amazônica brasileira.

O termo “Fator Amazônico” ou “Custo Amazônico” é utilizado para se referir aos custos adicionais de logística e transporte que empresas e governos precisam arcar para realizar operações comerciais, infraestruturais ou de serviços na região amazônica do Brasil.

Esses custos são influenciados pela complexidade da região amazônica, que apresenta uma vasta extensão territorial e um ambiente de difícil acesso, com amplas áreas cobertas por floresta, rios e estradas precárias. Além disso, a região é conhecida por apresentar uma alta umidade relativa do ar e variações climáticas extremas, o que pode afetar a logística e os custos de manutenção de equipamentos, insumos e materiais perecíveis.

Dessa forma, o “Fator Amazônico” pode afetar diretamente os preços e a qualidade dos produtos e serviços na região, uma vez que as empresas precisam repassar esses custos adicionais para o consumidor final, ou, no caso de políticas públicas, para a população, que já é desfavorecida socialmente. Sem falar das inúmeras reprogramações e recálculos de investimentos, principalmente em recursos para realizar obras e projetos na região, em função da dificuldade operacional que a imponente Amazônia impõe às atividades, resultando em ineficiência das políticas públicas, principalmente do Orçamento Público.

Na Amazônia, a forma convencional de realizar projetos e serviços não funciona. Como dizem os amazônidas: “a rua do ribeirão é líquida e nunca será asfaltada”, portanto, o custo de logística é diferente, então o investimento também precisa ser diferente. Isso é o fator amazônico!

Além disso, outras disparidades são claras na região. No que tange à Educação, a região amazônica enfrenta desafios em relação às altas taxas de analfabetismo, principalmente em áreas rurais e entre populações indígenas. São evidenciadas altas taxas de distorção idade-série, além da falta de acesso a escolas de qualidade e a professores qualificados, o que prejudica o desenvolvimento educacional da população local.



Na Saúde, a região tem a menor expectativa de vida ao nascer e sofre com a falta de infraestrutura e de profissionais de saúde. A região chega a ter uma proporção de médicos até três vezes menor do que a média do País, o que se agrava com as longas distâncias entre as comunidades, dificultando o acesso a atendimento médico adequado e contribuindo para os baixos índices de saúde na região.

Nas Políticas Públicas voltadas à Assistência Social, sabemos que as populações amazônicas, incluindo comunidades indígenas e ribeirinhas, enfrentam dificuldades socioeconômicas significativas, com altos índices de pobreza e exclusão social. A falta de acesso a serviços de assistência social adequados agrava as condições de vulnerabilidade dessas populações.

Portanto, esta legítima proposta visa abordar essas disparidades existentes na região amazônica, buscando promover a equidade e a justiça social por meio da consideração do Fator Amazônico em todas as políticas públicas executadas com recursos públicos federais.

O Projeto apresenta uma inovação no arcabouço legal brasileiro de forma significativa ao estabelecer o Fator Amazônico como critério ponderador para a formulação e implementação de políticas públicas. Isso significa considerar as particularidades da região, incluindo custos adicionais de logística, transporte e infraestrutura, além de considerar questões relacionadas a condições climáticas e geográficas adversas na avaliação da viabilidade de operacionalização das políticas.

Ao incorporar esses fatores, o projeto busca elevar a probabilidade de sucesso das políticas públicas propulsoras do desenvolvimento social, inibindo futuras distorções e disparidades sociais.

A respeito da Equidade e Justiça Social, historicamente, o Brasil tem adotado intervenções por meio de programas e projetos às populações em vulnerabilidade no sentido de realizar reparação histórica e de corrigir as disparidades sociais, no entanto, tem se constatado que tais iniciativas são passíveis de descontinuidade por conveniência política e as distorções sociais têm se demonstrado como ciclos viciosos intermináveis, pois há um claro fracasso das políticas públicas básicas.



Diante disso, ao abordar a raiz do problema, este Projeto de Lei busca projetar futuros diferentes para as populações amazônicas, promovendo desenvolvimento justo e equânime, no sentido de garantir o sucesso das Políticas Públicas propulsoras do desenvolvimento social. Além disso, a proposta reconhece a importância das ações de reparação histórica, mas busca ampliar a capacidade dos investimentos públicos para projetar um futuro melhor, especialmente para aqueles que estão em situação de desvantagem.

Já é hora de o Brasil deixar de tratar diferentes de forma igual, a fim de alcançar uma democracia madura e sustentável, que trata diferentes de forma diferente, buscando a dignidade e o desenvolvimento de todos. A proposta deste projeto representa um passo importante nessa direção, para o desenvolvimento legítimo da região amazônica, principalmente das Pessoas que lá residem, respeitando suas particularidades e promovendo políticas públicas eficazes e sustentáveis.

É com esse propósito que pedimos o apoio dos nobres pares para sua célere aprovação.

Sala das Sessões, em 25 de abril de 2024.

Deputada PROFESSORA GORETH

2024-4518





Projeto de Lei **(Da Sra. Professora Goreth)**

Institui o Fator Amazônico como critério de ponderação na formulação e execução de Políticas Públicas de desenvolvimento social, com foco na redução das desigualdades regionais, na dignidade da pessoa humana e na equidade.

Assinaram eletronicamente o documento CD244538184000, nesta ordem:

- 1 Dep. Professora Goreth (PDT/AP)
- 2 Dep. Henderson Pinto (MDB/PA)
- 3 Dep. Duda Ramos (MDB/RR)
- 4 Dep. Raimundo Santos (PSD/PA)
- 5 Dep. Socorro Neri (PP/AC)
- 6 Dep. Sidney Leite (PSD/AM)
- 7 Dep. Zé Haroldo Cathedral (PSD/RR)
- 8 Dep. Ricardo Ayres (REPUBLIC/TO)
- 9 Dep. Dilvanda Faro (PT/PA)

